

LEITURA E CIVILIDADE

um estudo discursivo de práticas de silenciamentos pela violência “costurada” no corpo infantil

Carne Regina Schons

RESUMO: *The present work intends to reflect, starting from the theories of text and discourse, on silencing forms produced in the/by the media regarding children's exploitation. To elucidate what was proposed, we took into account the concept of language as structure and event, developed by Pêcheux (1983), and the reflections of Orlandi (1996) on the concept of silencing - local silencing and constituent silence. Our question was established from our reading of the corpus: what is delivered by the abuse of the word and what is recovered in the restriction of language? In our analysis, we noticed the work of interdiscursive relationships as much as the one of the relationships of historicity involving specific conditions, since it is in the process of enunciation that the subject-victim enters the scene, is introduced in the social setting and, on being spoken about, assumes an institutionally and socially marked place of fragility and of incapacity of defense.*

PALAVRAS-CHAVE: *exploração infantil, mídia, silenciamentos, sujeito-vitimado*

A LEITURA COMO UM GESTO DE CIVILIDADE

... Penso que essas nossas leituras, constituindo arquivos, são (ou devem ser) um gesto de civilidade, de cuidado acadêmico que ressoem na necessidade que temos de persistir na construção de lugares de consistência intelectual e de capacidade política em fazer avançar nossas condições de compreensão e de produção de ciência. Que signifique sobretudo um gesto em relação a nossa capacidade de, na universidade, conseguirmos refletir com a sociedade e não apenas sobre ela. E se a história que estamos procurando contar é sobre a língua e o saber sobre ela, que sejam esses os objetos de nossa reflexão para não apenas adotarmos gramáticas, aplicarmos programas, sermos simples objetos de treinamento, mas para que possamos participar com nossa capacidade de reflexão dessa história, que não nos é transparente, mas é nossa. (ORLANDI, 2002, p. 229)

A leitura de *Língua e conhecimento lingüístico: para uma História das Idéias no Brasil*, de Eni Orlandi, tem produzido inquietações em nós. Especificamente, na terceira parte da obra, ao fazer abordagens sobre “o cidadão, a língua e a escola”, a partir de uma visão discursiva, a autora chama atenção para o necessário cuidado acadêmico, ao ensinar a língua. Vale entender, devemos nos preocupar em estar na história. A língua deve continuar sendo o nosso objeto de estudo, como reflexão em relação à história e não reduzida ao estudo gramatical. No mesmo capítulo, Orlandi trata da importância de

organizarmos um espaço político para a construção da civilidade. Segundo ela, pela manutenção desse espaço político devemos ter persistência na universidade. Daí, surge o questionamento: será que em nosso ensino de leitura há tal espaço político para práticas de civilidade?

A oportunidade para pôr em prática o que sugere a autora veio de um convite para ministrarmos uma oficina na Semana Acadêmica do Curso de Letras, que resultou na oficina nomeada: “censura e civilidade”. Em virtude do *corpus* contemplado na análise, na ocasião, o propósito de refletir, a partir das teorias do texto e do discurso, do silenciamento sobre o trabalho infantil na/pela mídia. De saída, impôs-se as perguntas: como tratar deste tema sem levar em conta questões de civilidade? Como os questionamentos poderiam representar a possibilidade de tais questões serem exploradas em atividades de leitura na universidade? Qual leitura poderia ser entendida como um gesto de civilidade?

Nosso trabalho se fundamenta na Análise do Discurso, sobre o modo como essa perspectiva teórica pode contribuir no trabalho de leitura que seja desenvolvido como um gesto de civilidade; e como os conceitos podem respaldar a análise tanto dos efeitos produzidos pelos bens simbólicos no espaço social, quanto dos processos de interiorização dos constrangimentos que permitem o aprendizado da vida em grupo. Além disso, a civilidade deve ser entendida como uma norma de conduta do comportamento individual e do coletivo.

Na epígrafe, o apelo de Orlandi (2002) recai sobre nossas pesquisas. Alerta sobre a consistência dos trabalhos desenvolvidos na universidade, sobre o cuidado acadêmico e ainda sobre a capacidade política em fazer avançar nossas condições de compreensão e de produção de ciência. Segundo a autora, o modo como damos conta dessas questões pode resultar em um gesto de civilidade e pode contribuir para a formação do sujeito.

A maior parte das leituras, em virtude não só das condições de produção do leitor, mas também da escola - esta como parte das instituições sociais, está constituída de rituais de controle sobre os estudantes, de acordo com Foucault (1996, p.44) - contempla o fenômeno politicamente correto que, por sua vez, está relacionado a um momento histórico definido, no qual se assiste à tentativa de institucionalizar um conjunto de regras ou normas que não deixa de ser um acontecimento de linguagem e que não deixa de traduzir as atitudes da sociedade. Segundo Barthes (1981, p.64), “A linguagem é como uma pele: eu esfrego minha linguagem contra os outros. É como se eu tivesse palavras ao invés de dedos, ou dedos, na ponta das palavras”. Neste caso: “esfregar a linguagem contra o outro” é inscrever-se no discurso; é tomar posições.

Cabe ressaltar: a leitura como um gesto de civilidade se faz “tomando posições”, pela conversão das palavras em ações políticas. Não, necessariamente, em conformidade a cartilhas do “politicamente correto”, naquilo que é ditado pelo governo ou pela mídia, até porque não deixaremos de “esfregar nossa pele contra o outro”; mesmo assim, as barbáries continuam acontecendo, as cenas de violência e de desrespeito continuam se repetindo. Palavra por palavra, a mídia vai filtrando idéias, atitudes, comportamentos, e nós, assujeitados ao momento histórico, vamos incorporando tais sentidos dispersos e contraditórios em relação aos nossos lugares de produção.

Situada ao lado da civilidade, a leitura, na ótica da Análise do Discurso de linha francesa, interessa-se por estudar a opacidade dos sentidos, uma vez que não há acesso ao real da língua, mas àquilo que seu imaginário, em decorrência do elo sujeito-história-

ideologia, apreende como real. Na abordagem teórica adotada neste estudo, entendemos que o gesto de civilidade consiste em mostrar ao leitor a falta de simetria nas relações entre leitor, autor e materialidade linguística, uma vez que o que se diz não é neutro. Por meio dos vários pontos de entrada e de fuga de um texto, o leitor pode significar, pois são esses pontos que promovem o acontecimento de linguagem em cada texto. Aqui, vale o reforço das palavras de Orlandi (1988, p.116): “Compreender, eu diria, é saber que o sentido pode ser outro”. Ao deixar que se “petrifiquem leituras previstas em detrimento da descoberta” conforme Orlandi (1996b, p.214), pode-se incorrer no equívoco da neutralidade das posições do professor ou do aluno em relação aos sentidos. Estes sabemos são constituídos de ideologia, portanto, sempre sujeitos à interpretação e afetados por ela.

Para compreender o modo como a AD trabalha a leitura e as razões por que ela pode ser entendida como um gesto de civilidade, é preciso aceitá-la como um espaço político que abre caminhos para a formação do indivíduo, para a compreensão de sua condição na sociedade e de suas implicações com as apropriações dos objetos da cultura, tais como os textos e os livros.

PARA FALAR SOBRE ACONTECIMENTO DISCURSIVO AINDA SE FALA SOBRE MOVIMENTOS DE FORMAÇÕES DISCURSIVAS

A materialidade do discurso em análise, neste texto, assume sentido de confronto. Confronto que pode vir marcado de diferentes formas, ou seja, pelo movimento de uma ou mais formações discursivas em relação ao acontecimento. Embora a noção de formação discursiva tenha sido bastante problematizada, não só por Foucault, Pêcheux e Courtine, mas por analistas de discursos no Brasil, como Orlandi e Indursky (2007), gostaríamos de partir desse conceito para retomar outro conceito o de acontecimento, já que a noção de formação discursiva é necessária para a discussão da noção de acontecimento.

Na obra de Foucault (1969) *A Arqueologia do saber*, para repensar a dispersão da história, o autor formula o conceito de formação discursiva, que vem agregado ao conceito de acontecimento. Segundo o mesmo autor, uma história descontínua, cheia de lacunas, de dispersões, que permite a descrição de enunciados na irrupção dos acontecimentos discursivos. Dessa formulação de Foucault decorrem implicações para a significação de outras noções que circulam nesse espaço discursivo, como: a materialidade discursiva (com sua natureza não linguística e também histórica); a estabilidade do discurso (que nem sempre se encontra logicamente estabilizada, pois pode ser descontínua). Para o autor, essas noções fazem parte das condições de produção do discurso e possibilitam o retorno às regras que governam e regulam os enunciados. Segundo Foucault, “não estamos seguros do uso dessas distinções no nosso mundo de discursos, e ainda mais quando se trata de analisar conjuntos de enunciados que eram, na época de sua formulação, distribuídos, repartidos e caracterizados de modo inteiramente diferente” (p. 25).

Em *A ordem do discurso*, Foucault afirma que cada discurso tem o seu procedimento interno, uma vez que “são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; (...) como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso.” (p.21). Mais adiante, o autor lembra de discursos que passam com o ato que os pronunciou; e de outros que estão na origem de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles. De acordo com o autor: “são *ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer.” (p.22).

Questionamos: Como dar conta da leitura desses enunciados senão pela formação discursiva, que dá acesso às regularidades e cria o efeito de unidade? Se o enunciado de um discurso é como um “nó em uma rede” (p. 26), o modo como o amarramos é que vai dar forma ao acontecimento que, por sua vez, não deixa de ser um efeito. Quais critérios devemos pôr em jogo para identificar os efeitos, se Foucault sequer refere a ideologia? Onde estará o novo do qual fala Foucault? “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.” (p.26).

Para o citado autor, não é possível uma “secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida”, ou seja, o ato do enunciado como efeito é sempre uma memória retomada na interpretação. Tal retomada em forma de memória é o acontecimento discursivo; é a consequência do gesto que amarra em “nó” o disperso. A qual podemos nomear de formação discursiva, de acordo com Foucault. A especificidade das formulações de Foucault reside no fato de o discurso ser constituído de FDs homogêneas, isto é, não há aberturas entre as FDs que constituem um discurso. Já significação será atribuída às condições de produção da mesma FD.

No que se refere ao conceito de acontecimento, há diferenças entre o que formula Foucault e o que formula Pêcheux. Como vimos acima, Foucault entende que uma regularidade é determinada pelo acontecimento que marca a fronteira entre o fim e o início de um ato de enunciação e é pela formação discursiva que podemos observar esse processo. A maneira como amarramos o disperso em uma ou outra formação discursiva é que vai dar forma ao acontecimento. Por sua vez, Pêcheux (1995) estabelece como ponto de ancoragem ao acontecimento a memória discursiva, que pode ser entendida como um espaço ideológico que estrutura o acontecimento histórico e discursivo. Nesse espaço de memória, é possível observar um dos funcionamentos da interpretação, por meio da qual se nota a relação simbólica entre sujeito, língua e história. Uma relação contraditória, mas necessária.

As fronteiras entre as diferentes concepções de acontecimento estão no eixo da formulação, no qual surge o acontecimento e na formação discursiva, na qual se produz efeito sobre a memória. De acordo com Pêcheux (1983/1990) “O acontecimento é o ponto de encontro entre *uma atualidade e uma memória*” (p.17). O acontecimento histórico é apreendido na formulação dos enunciados que se entrecruzam e dão consistência ao dizer. A historicidade se faz notar no discurso pelo trabalho da memória que irrompe na atualidade. O que escapa às redes de sentido já construídas, é o acontecimento discursivo. Em vista disso é possível dizer que o pré-construído – efeito de evidência próprio ao interdiscurso – não se homogeneiza, pois os rastros de discursos outros não cessam de ressoar, portanto há heterogeneidade dos sentidos. Diferentemente de Foucault, em Pêcheux, pensar o discurso como acontecimento supõe entender que o discursivo pode re-arranjar um processo, romper uma repetição.

Sobre contradição e resistência, elegemos Pêcheux (1995). Segundo este autor, no jogo complexo de relações de contradição-desigualdade-subordinação de uma dada formação social, as ideologias agem como forças materiais na constituição dos indivíduos em sujeitos e se organizam também em um espaço de transformação das relações sociais. Para Pêcheux, esses AIEs devem ser pensados como espaço de contradição, uma vez que co-existem outras ideologias junto da dominante. Essa concomitância de diferentes mundos em um só é responsável pelas condições de *(re)produção/transformação*.

No caso de nosso *corpus*, não só a materialidade histórica é constitutiva (com a linguística) do discurso, mas também a memória histórico-discursiva, tendo em vista

que vários acontecimentos históricos e discursivos são retomados e constituem a memória. Os acontecimentos, por sua vez, são o efeito resultante do todo “complexo de relações de contradição-desigualdade-subordinação”, de que trata Pêcheux.

A identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, na qual o sentido é produzido como evidência do sujeito, de acordo com Pêcheux (1995, p.261), permite pensar em relação ao repetido, ao pré-construído e à memória. A partir dessa observação de Pêcheux, podemos pensar na possibilidade de retorno a acontecimentos históricos, como o lançamento da campanha publicitária: “Quem machuca a mulher, machuca a família inteira”. Esse fazer ancora o retorno a outros enunciados, como “um tapinha não dói”, que faz da imagem da mulher um apelo musical, independentemente de ela ser criança, adolescente ou adulta e a banaliza. Uma fotografia como a que está abaixo, em que aparece um corpo desnudo, embora o objetivo seja a denúncia, não estaria retornando à banalização, reatando os “fios” que tecem o *ser* ao *saber* que, por se tratar de um ser mulher, em muitos espaços, como no publicitário e no musical, ainda é permitido machucar, depreciar, objetificar, silenciar? O processo da enunciação feita sobre o corpo/sujeito-vitimado, ao entrar em cena, é falado, mas também calado, porque no corpo (lugar) vítima, “costura-se” o sentido da incapacidade de defesa. Observemos o texto (1):



Fig. 1

Nas publicidades de combate à violência contra a mulher, a relação simbólica entre sujeitos, língua e história configura-se no confronto que estrutura e determina a relação entre o espaço masculino/feminino dominado por homem forte, *versus* o espaço adulto/criança habitado por adultos covardes, agressores, negligentes, conforme podemos observar nos enunciados acima na fotografia.

O enunciado “Se alguém oferecer casa, comida e roupa lavada no exterior, desconfie” entrelaça o espaço doméstico ao espaço social e confunde os papéis do adulto protetor com o do adulto explorador. O corpo é o lugar (espaço) de escritura e de escrita que, contraditoriamente, retorna a um já dito e convoca sentidos heterogêneos, que vem rearranjar o já dito no processo dos discursos, assim rompendo uma repetição, com sentido de objetificação: “casa, comida e roupa lavada” para anunciar uma vantagem destinada a suprir as necessidades sexuais do gênero masculino. O cumprimento das atividades domésticas pode também ser reduzido e igualado às obrigações sexuais. A mulher moderna passa da condição de sujeito para a de objeto, ou seja, continua nos mesmos moldes de outrora. O apego a objetos de “consumo” revela o

que falta ao homem moderno e tal falta talvez possa vir a ser preenchida por um sentimento de identidade, de um maior comprometimento com o outro, com o ser feminino, não como seu oposto, mas como quem não põe em risco sua identidade, enquanto ser do gênero masculino. Por isso, é preciso transformar o outro em objeto de mercadoria, em fonte de exploração. Nesse caso, o valor social define as relações que acontecem entre a mulher (com mercadoria) e o seu valor (como ser). O valor social da mulher é estabelecido então pela atitude machista que opacifica as relações na família, no trabalho, na mídia. “Como as relações sociais estão disfarçadas sob a forma de troca de mercadoria, o capitalismo leva a reificação do homem e a uma subjetivação da mercadoria” (TFOUNI; TFOUNI, 2008, p. 86)

Retorna o questionamento: se o efeito produzido no leitor pela imagem do corpo desnudo denuncia o que é silenciado, reata os “fios” que tecem e negam que o *ser* mulher não é “coisa”, ou se reata os “fios” que reforçam que, por se tratar do ser mulher, dá para machucar, depreciar, silenciar, objetificar? No que se refere ao acontecimento, via formação discursiva, de um lado, há a dominância da ideologia capitalista, na qual a mulher (criança/adolescente/adulta) é bem de consumo; de outro, há a presença da contradição: a correlação de forças entre saberes da formação discursiva machista/capitalista, que põe a mulher em condição de consumo, e os saberes da formação discursiva jurídica, que se opõe a objetificação desse ser, e busca garantir a dignidade humana.

Um verbo no imperativo como “denuncie” constitui uma forma de apelo de subjetivação da mulher, para que ela não seja mercadoria de troca, de valor muito baixo, que vá preencher a pulsão do desejo masculino de uma forma perigosa. Por isso, passa a fazer sentido para o sujeito que, em contato com o texto, vir a não se identificar com a formação ideológica que determina o conjunto de saberes da formação discursiva machista. O efeito ideológico é ponto de ancoragem dos acontecimentos histórico, discursivo e midiático. A formação discursiva põe em funcionamento a memória, o interdiscurso, os pré-construídos. O corpo é a estrutura vigente que possibilita à formulação do “corpo” da língua instaurar uma nova forma de dizer. É o corpo que estrutura e organiza a escrita. A escrita tatua o corpo e “esfrega” a palavra no leitor, desse modo avisando que não dá mais para machucar, depreciar, silenciar, nem objetificar a mulher.

SILENCIAMENTOS E ACONTECIMENTO DE LINGUAGEM

A essência da seção anterior reside em problematizar que o conceito de acontecimento se sustenta pelo trabalho da memória que irrompe na atualidade. Vimos que a noção de acontecimento pode ser entendida em várias nuances, mas há diferenças entre a concepção do acontecimento de surgimento de uma formulação, do acontecimento de surgimento de uma nova FD (acontecimento discursivo, que causa impacto na memória) e do acontecimento histórico. Tanto o acontecimento histórico quanto o acontecimento discursivo se estruturam na linguagem e são expostos à interpretação. É pelo trabalho de interpretação que o sujeito se relaciona com os fatos históricos.

Paul Henry (1994) lembra: “Não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências” (p. 51-52). O acontecimento discursivo é o efeito do trabalho da memória, dos diferentes funcionamentos das formas linguísticas, que se constituem em

índices das filiações históricas, a partir das quais o sujeito produz interpretação. Por isso, o acontecimento discursivo faz parte do jogo entre memória e esquecimento, uma vez que, na manifestação de linguagem, o sujeito entra num jogo de repetir, esquecer, apagar e romper.

De acordo com Orlandi (1996), temos dois níveis distintos de silenciamento: (1) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito, que produz as condições para significar; (2) o silêncio local imposto pela censura. Ao silêncio imposto pela censura, ele responde com o silêncio dos “outros” sentidos que ele constitui em uma outra região (p. 88). Trata-se da interdição do dizer. Em relação ao silêncio constitutivo, se há um silêncio que apaga, há um silêncio que explode os limites do significar. (p. 85-87). Para dizer, é preciso não dizer; uma palavra apaga outra.

Ainda, para Orlandi, a linguagem é ação que transforma. A falha é o lugar do possível, do sentido a vir; e a falta é o que foi tirado do sentido, o que não pode significar. As palavras são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam. “Quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidade de sentidos se apresenta” (ORLANDI, 1996). Em AD, nem tudo se pode dizer. O implícito é um dizer entrelaçado em outro dizer, ou seja, são palavras não pronunciadas, mas que se manifestam através de outras palavras. “O não-dito aí remete ao dito” (ORLANDI, 1989, p. 40). O silêncio, por sua vez, não está relacionado ao verbal e sim à significação. O implícito remete ao dito e o silêncio é, simultaneamente, silêncio e sentido. São sentidos que se constroem no silêncio.

O acontecimento de linguagem sobre o corpo infantil

O acontecimento sobre o corpo infantil são os sentidos que se “costuram” nesse corpo; são os efeitos de memória, as posições sujeito, as formações ideológicas que orientam a organização de determinados saberes em uma e outra formação discursiva.

Para Barthes (2004, p.191), em uma escrita do acontecimento, a conjugação poligráfica de três maneiras talvez possa vir a formar a sua originalidade histórica. A primeira maneira a que se refere o autor é *a fala*; a segunda é *o símbolo* e a terceira é *a violência*. Nesta seção, nos deteremos na terceira maneira, a violência que, de certo modo, suscita as duas primeiras. Ela é foco para a escrita deste artigo com um acontecimento sobre o corpo infantil.

A violência é uma escritura: é (conhece-se esse tema derridiano) a marca em seu gesto mais profundo. A própria escritura (se não mais se quer mesmo confundi-la com o estilo ou com a literatura) é violenta. É mesmo o que há de violência na escritura que a separa da fala, revela-lhe a força de inscrição, o peso de uma marca irreversível. A [...] violência implica uma linguagem da violência, quer dizer, dos signos (operações e pulsões) repetidos, combinados em figuras (ações ou complexos), numa palavra: um sistema. O acontecimento se constitui da descrição dessas marcas. (BARTHES, 2004, 196-197).

No caso referido acima, devemos lembrar do silenciamento do sujeito político, ou seja, o silêncio local exercido pela censura, pela interdição, pela proibição de poder ser. No texto (1) acima, impõe-se o silenciamento do ser pela violência simbólica “costurada” no corpo infantil, de forma muito sutil que não revela os bastidores; já o discurso da mídia se dá explicitamente, pelo jogo da palavra estruturada na imagem. O que se recupera pela imagem na contenção da língua? O que surge pelo abuso da palavra (pelo jogo da imagem)? Ora, o “real da língua” sendo o impossível, que lhe é próprio, e o real da história que permite o trabalho da contradição, da qual o impossível é lugar de significação, o corpo serve de ancoragem para *os signos sociais* e, nele, a inscrição da política de vida em sociedade. Os gestos de (in)civilidade estão marcados

nos corpos, assim como todas as regras do jogo da exploração. A política do corpo reconstrói as trilhas históricas de seus donos. É possível poder dizer que, no corpo, está impressa a ideologia de que a fragilidade humana existe e que está mais presente no ser feminino, em consequência, pela falta do *controle de tal gênero sobre si* mesmo. Por isso, é preciso que alguém denuncie e proteja o gênero feminino. A imagem corporal que meninas e mulheres têm de si é expressa por *atitudes corporais condicionadas e exploradas* pela mídia.

Como o presente trabalho busca refletir sobre formas de silenciamentos presentes na mídia, e a possibilidade dessas formas serem exploradas em atividades de leitura, na universidade, como um gesto de civilidade, observamos que no texto (1), o expresso na estrutura da língua se forma no acontecimento. A reflexão sobre o discurso como estrutura ou acontecimento, conforme Pêcheux (1983), acrescida do que propõe Orlandi (1996) sobre o conceito de silenciamento – o silenciamento local e silêncio constitutivo –, permite analisarmos o texto (2) que denuncia a figura da criança, “costurando” em seu corpo outras formas de violência.

Antes de focarmos o texto a ser analisado, lembramos ao leitor que, a partir da leitura do *corpus*, instalou-se a questão: o que se entrega pelo abuso da palavra e o que se recupera na contenção da língua? Em nossa análise, tanto o trabalho das relações interdiscursivas quanto o das relações da historicidade que envolvem condições específicas, conforme já enfatizamos acima, o “real da língua” é o impossível de ser simbolizado, no que lhe é próprio, e o real da história ocorre como uma contradição da qual o impossível é constitutivo.

O gesto de civilidade, então, reside no fato de que o texto, em sua estrutura (materialidades linguística e histórica) permite a reflexão em relação à sociedade e não apenas sobre ela. Para tanto, o texto (2), que explora a imagem da criança, considerando, de um lado, a contenção da palavra trabalhada na promessa que faz intervir algo que se encontra além - em outro lugar, ou talvez se inscreva de maneira específica na língua -, mostra que esse algo é também alguém, o sujeito... O rosto se expressa pela língua e, para calar, não basta fechar a boca, porque o corpo fala, produz sentidos. Por outro lado, vimos no texto (1) que, assim como na contenção da palavra, o excesso pode não se traduzir na linguagem do corpo e do rosto desse mesmo sujeito. Como a materialidade trabalhada é a imagem do corpo infantil, apoiamo-nos também em Courtine e Haroche (2001), para estes autores, “a arte de calar é uma arte do rosto. [...] é a arte da eloquência muda que é a arte do corpo falante”. Nesse sentido, pensamos puxar os “fios” de nossa reflexão, constituída por acontecimentos históricos divulgados na mídia, que são discursivizados em forma de denúncia, mas que, ao fazê-la, retornam ao acontecimento; reatam os fios que constituem o tecido do *ser* e do *saber*.

Nessa direção, cumpre explicitar que, no processo da enunciação feita sobre o sujeito, ele, o sujeito-vitimado, entra em cena, é inscrito no social e, ao falar e/ou ser falado, mais uma vez é calado, pois o fato de ser vítima já o coloca num lugar marcado institucional e socialmente pela fragilidade e pela incapacidade de defesa. Observemos o texto (2), a seguir.



Fig.2

Nota-se, no enunciado “criança não é mercadoria”, a relação entre o acontecimento histórico e o discursivo no processo de constituição de sentidos para a cidadania. O enunciado em busca do combate à exploração sexual infantil vem “costurado” no corpo e transforma o corpo em acontecimento discursivo, porque dá acesso, via de espaço publicitário, a um histórico de fundação, que é a luta contra a exploração sexual infantil, vista por muitos como uma forma de trabalho e não de exploração.

A campanha promovida pelo Ministério do Trabalho, a partir de 2005, no dia 12 de junho, passou a ser o dia oficial do combate ao trabalho infantil. O mundo inteiro se mobilizou contra a exploração da mão de obra infantil. O presente texto permite abordar os deslocamentos de sentido, pelos quais se estabelece um determinado jogo no processo discursivo, pois possibilita que, em uma mesma forma material (imagem), encontremos diversos sentidos. Vale dizer, na formação discursiva do Ministério do Trabalho, circula um sentido diferente do da formação discursiva publicitária, em torno do corpo infantil, ou seja, a venda nos olhos significa que a criança não enxerga maldade e explorá-la significa tirar a visão de futuro.

Quando observamos o cartaz, a partir da perspectiva teórica e metodológica da Análise de Discurso, como proposto neste trabalho, o enunciado-imagem possibilita também a compreensão do acontecimento discursivo que leva à constituição da cidadania, como a política de proteção e defesa dos direitos da criança, de sua integridade moral e física. É possível dizer que há um retorno a outros acontecimentos histórico e discursivo: a ratificação das convenções 182 e 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), feitas pelo Brasil em 1999, sobre a idade mínima para o trabalho e que proíbe as piores formas de trabalho infantil. Tais como: escravidão, venda e tráfico de crianças, servidão e trabalho forçado, incluindo-se aí a exploração sexual, aliciamento de crianças pelo tráfico de entorpecentes e qualquer trabalho que prejudique a saúde e o desenvolvimento físico e moral da criança, ou ainda a sua segurança. Ao ratificar essas convenções, o Brasil assume o compromisso de tomar

medidas imediatas e uma delas é a proibição, a eliminação das piores formas de exploração.

O texto em análise retorna, por sua vez, aos confrontos político-social-administrativos entre donos de fábricas e anarquistas ou sindicalistas no período da Primeira República; retorna às ações de resistência às políticas de desigualdade, sobretudo configura o combate a atitudes de desrespeito no mundo do trabalho.

Tal processo se dá pelo interdiscurso. O confronto se configura pelo instável, em que diversas *formações discursivas* (FD do Ministério do Trabalho, FD do dono de fábrica, do comerciante, do traficante, do cafetão..., FD jurídica e FD midiática) colidem em um movimento contínuo de enfrentamento, que levam ao embate ideológico entre as diferentes posições de sujeito a partir das quais se produzem as diversas representações que denotam o espaço trabalho. A materialidade histórica é constitutiva do discurso, e o acontecimento publicitário retoma o histórico da materialidade que incide sobre a força das mulheres, por consequência sobre seus filhos. A exploração é entendida no espaço de memória entre o acontecimento publicitário e o acontecimento histórico em que o Ministério do Trabalho parte em defesa da criança. É nisso que consiste para nós a formação do confronto, tendo em vista que vários acontecimentos históricos e discursivos a constituem. Os acontecimentos são resultantes do todo “complexo de relações de contradição-desigualdade-subordinação” de que trata Pêcheux.

As relações de força instauradas no discurso acima (texto 2), atestam que, apesar do momento histórico diferente, retomam as mesmas questões sociais, implicadas no referido processo de identificação do cidadão no mundo do trabalho. Com base nisso, toda a reflexão precedente, ao abordar o entrelaçamento dos três acontecimentos (histórico, midiático e discursivo), faz pensar, agora, no que se encontra em jogo no processo discursivo em exame, a saber: a relação de força como imposição das relações de respeito e poder.

Percebemos aqui o *interdiscurso* trabalhando com a ordem dos processos de constituição dos efeitos de sentido e da própria linearidade do discurso, uma vez que ocorre a fragmentação do sujeito pela emergência de novos saberes, como acabamos de ver nos textos (1) e (2). O interdiscurso é definido como o complexo significante com dominante em que se delimitam as diversas *formações discursivas* (Pêcheux, 1975; Courtine, 1982) que se confrontam em uma formação social em uma conjuntura dada. Parte integrante do interdiscurso, no qual se delimitam, as FDs representam regiões de estabilização da memória discursiva, que se organiza por processos de reformulação parafrástica em movimento contínuo de reconfiguração. A região, aqui, é o discurso midiático que não só afeta a materialidade linguística dos textos (1) e (2) - que se apresentam, assim, como vestígios do movimento histórico sem fim das FDs, nas relações de dominação, subordinação, antagonismo e aliança, que definem sua configuração -, mas também o discurso midiático se reflete nos processos de memória e nas ações que interferem na constituição da civilidade.

De acordo com Derrida (2004, p.279), quando o impossível *se faz* possível, o acontecimento tem lugar (possibilidade do impossível). O paradoxo, na formulação do autor, é o acontecimento. “Se um acontecimento é apenas possível, no sentido clássico da palavra, se ele se inscreve em condições de possibilidade, se outra coisa não faz senão explicitar, desvelar, revelar, realizar o que já é possível, então não é mais um acontecimento”. Entendemos que a realização do possível, na impossibilidade, se faz na própria visibilidade do acontecimento, que se efetiva como um lugar, uma estrutura. Nesse caso, o corpo infantil é a estrutura, o lugar do acontecimento.

Para Sousa Dias (1995, p.89), quando retoma Deleuze, o acontecimento não é o que se passa, aqui e agora. “Um acontecimento não existe fora das efetuações. Mas também não se esgota nelas, não está apenas no seu existir atual. Ele subsiste fora dessa existência sensível, não como uma noção geral, simplesmente inteligível, mas como uma singularidade real estritamente virtual”. Mais uma razão para atrelarmos o conceito de acontecimento aos conceitos de formação discursiva, de memória e de interdiscurso, nos quais encontraremos o retorno ao acontecimento, as repetições, os deslocamentos das “coisas a saber” e das diferentes manifestações de linguagem presentes nas palavras, nos corpos, nas imagens, nos silêncios.

Marcas de práticas de silenciamentos “costuradas” no corpo infantil.

... As marcas deixadas, sejam por amor, corte ou tatuagem, ficam para sempre. São bem mais que verdades. Fazem parte da alma da gente assim como os olhos enfeitam o rosto. Assim como a história ou como a chuva. As marcas que ficam na gente são aquilo que esquecemos e aquilo que somos para sempre. (Histórias Tatuadas, Gabriel Moojen)

Partindo do conceito de Derrida (1997, p.7) de “um texto só é um texto se ele oculta ao primeiro olhar, ao primeiro encontro, a lei de sua composição e a regra de seu jogo. [...] A dissimulação da textura pode, em todo caso, levar séculos para desfazer o pano. O pano envolvendo o pano”, muitos silenciamentos correm o risco de nunca serem observados, não só pela complexidade da trama textual, mas pelo funcionamento do filtro da ideologia. Eis uma razão importante para se tomar a leitura como um “gesto de civilidade”, tal como propõe Orlandi. Tal gesto deve começar pelo espaço universitário, onde existe oportunidade de contribuirmos para a formação. As práticas de silenciamentos costuradas no corpo infantil, vão além das formas de exploração do trabalho infantil, ou da exploração sexual, como observamos nos textos (1) e (2).

Nesse ponto, a mídia contribui na proliferação das piores formas de exploração, e ainda, de sua disseminação em rede. Por que isso ocorre se é ela que, geralmente, faz a denúncia do agressor? Em hipótese alguma pensamos em trabalhar contra as diferentes formas tecnológicas, tais como o sistema de telecomunicação, a Internet. Pelo contrário, sabemos quão árduo é o papel daqueles que atuam nesse espaço. Há um outro fator que contribui de forma decisiva para que o próprio explorado se torne fonte de lucro. Estamos falando da importância da leitura para formação do ser e de suas práticas de civilidade. Esta não se faz sem crítica, sem questionamentos, nem de forma simétrica. Precisamos deixar de tratar a ideologia como um fantasma, como um mito. Mesmo sendo um inimigo invisível que nos constitui, não precisamos ficar totalmente subservientes a ela. Pelo contrário é preciso, de acordo com a citação de Derrida, “desfazer o pano” que envolve o silenciado, como é possível observar no texto (3), no qual, em primeira instância, direcionamos nosso olhar aos corpos nus, não percebendo que o olhar do adolescente denuncia uma prática de silenciamento. Observemos o texto (3).



Fig. 3

Tudo que a imagem permite recuperar e linearizar na estrutura da língua se dá via memória discursiva. Courtine (1991) afirma que “Toda formulação (nível horizontal - intradiscursivo) se constitui a partir de uma memória discursiva (nível vertical - interdiscursivo), que são redes de formulações que repetem, recusam ou transformam outras formulações” (p. 43).

O corpo ancora e sustenta o dizer a ser recuperado na articulação da língua. A sobreposição de corpos “mascara”, tira de foco o silenciado. Já a subjetivação dos sujeitos, no fundo da imagem, se constitui na objetificação dos sujeitos, empilhados na frente deles. Os corpos, na frente e no fundo, falam; põem à mostra o silenciado. Estamos diante de um silenciamento local imposto pela mídia. Em nome do furo da reportagem, faz-se necessário produzir “efeito de realidade”. O que é esse efeito de realidade senão o desejo de esconder o que falta e que, ao mesmo tempo estrutura o sujeito moderno? A lógica presente aqui, conforme o trabalhado acima nos textos (1) e (2), é a transformação do corpo em mercadoria que não substitui radicalmente o que os corpos, no primeiro plano, buscam encobrir, porque os sorrisos do adolescente e do adulto denunciam o apagamento. Trata-se de um paradoxo entre uma das formas de violência e a euforia. Estas se camuflam no espaço-corpo e “costuram” silenciamentos como se abrisse uma fenda no interior do discurso.

Se é verdade que as guerras são sempre negativas, pois espalham violência e causam todos os tipos de exploração e destruição, é também verdade que a participação de crianças nelas vem sustentada por uma ideologia capitalista, em que o adulto permite tal forma de exploração. No caso da imagem acima, no texto (3), em que o adolescente é testemunha da veracidade e da sustentabilidade do divulgado na matéria a respeito da guerra no Iraque, há o retorno a políticas de exploração infantil, não só em treinamentos militares, como ocorrem em alguns países (Colômbia, por exemplo), mas também como reforço de técnicas que podem ser empregadas em outras situações da vida. Como ocorreu no tiroteio no campus escolar, dia 24 de março, e que a morte de quatro meninas e de uma professora. Dez outros alunos ficaram feridos e dois meninos, um de 11 anos e outro de 13 anos de idade, estão na prisão, acusados de assassinato.

No texto (3), sentidos são “costurados” tanto no corpo do adolescente como no corpo do militar americano que não tem um braço. Um primeiro sentido é: matar é natural. Ao ponto de permitir-se a exibição do troféu do ato criminoso. Troféu constituído de corpos empilhados que representa a conquista imbuída de poder. O domínio sobre a presa e o fascínio sobre si mesmo respondem ao que tanto se busca

preencher com a notícia, ou seja, as lacunas das marcas deixadas sobre os corpos. Marcas que se revelam na superfície, na emergência de sentidos e de subjetividades.

Há muitas formas de significar. A violência que domina os corpos e que se esconde no sorriso e nos gestos do adolescente e do militar, por exemplo, também significa. Questionamos: Eles estão felizes? Por que eles sorriem? É pelo prazer de ter poder e domínio sobre o outro? Ou pela própria indecência do desamor ao outro, que reflete a escrita que se faz de si? Será preciso rir para esconder que a violência que ancora o acontecimento histórico é a mesma que costura o acontecimento discursivo no espaço midiático e que o estrutura, conforme vimos, acima.

CONSIDERAÇÕES

Nossa proposta foi a de tratar a leitura como um gesto de civilidade. O cuidado acadêmico que referimos no início deste texto reflete o modo como constituímos nosso arquivo, na distribuição de sentidos (efeito), na constituição de lugares de consistência intelectual e na capacidade política em fazer avançar nossas condições de compreensão de acontecimentos históricos e discursivos, no lugar de produção de ciência. Perceber que o “politicamente correto” é um fenômeno que mais se aproxima do “real”, do desejo que está relacionado aos acontecimentos de linguagem e, como tal, traduz as atitudes nossas diante da sociedade, é elementar para a concretização de gestos de civilidade.

Cabe dizer que a civilidade está relacionada à escrita, ao político e este, por sua vez, pode estar silenciado na mídia. O leitor/ ouvinte vai incorporando sentidos sem se aperceber do que é silenciado. O gesto de civilidade, então, consiste em mostrar ao leitor as relações assimétricas entre a materialidade linguística e os acontecimentos, já que tudo não se diz e que, em uma leitura, há vários sentidos. Mesmo na universidade, podemos incorrer no equívoco da neutralidade das posições do professor ou do aluno em relação aos sentidos, que são constituídos de ideologia, portanto, sempre sujeitos à interpretação e afetados por ela.

A movimentação das formações discursivas ocorre também via acontecimento. O ato do enunciado, como efeito de uma memória retomada na interpretação, é um acontecimento discursivo. No intervalo de uma memória, o funcionamento ideológico estrutura o acontecimento histórico e o discursivo. O jogo complexo de relações de contradição-desigualdade-subordinação, de uma dada formação social, permite que as ideologias operem como forças materiais na constituição dos sujeitos e nos efeitos de sentido. Logo, pensar em relação ao repetido, ao pré-construído e à memória implica gestos diversos diante de um texto.

São sentidos “costurados” tanto nos olhos quanto no corpo do adolescente. A ilusão que se manifesta no discurso, não apaga o fascínio sobre si, nem esconde os estilhaços da violência que marcam os corpos, e constituem a trama do acontecimento histórico e do acontecimento discursivo.

BIBLIOGRAFIA

- BARTHES, Roland. A escrita do acontecimento. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. De Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, p. 191- 198, 2004.
- _____. *Fragments de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

- COURTINE, Jean-Jacques. A estranha memória da análise do discurso. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (Orgs.) *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, p. 25- 32, 2007.
- _____. *O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político*. In: Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. INDURSKY, F. & LEANDRO FERREIRA (Orgs). Coleção Ensaaios, vol.12. Editora Sagra Luzzatto. 1ª ed., 1999.
- COURTINE, Jean-Jacques; HAROCHE, Claudine. Os paradoxos do silêncio (Apresentação). In DINOUART, Josep-Antoine-Toussaint. *A arte de calar*. Tradução de Luis Felipe Ribeiro. São Paulo: Martins fontes, 2001.
- DERRIDA, Jacques. *Papel-máquina*; Tradução de Evandro Nascimento, São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- _____. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério da Costa, São Paulo: Iluminuras, 1997.
- DIAS, Sousa. O que é um acontecimento? In. *Lógica do acontecimento: Deleuze e a Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, p. 89 – 112, 1995.
- FOUCAULT, M. (1969) *A arqueologia do saber*, 7ª ed., 2005.
- _____. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996, [1971].
- HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni P (Org) [et al.]. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Trad. de Bethania Mariani [et al.]. Campinas, SP: Ed da Unicamp, 1994.
- INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996a.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed., Campinas: Pontes, 1996b.
- _____. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª ed., Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1997.
- _____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso*. 1ª ed. 1969. Trad. Eni P. de Orlandi. Em: F. Gadet & T. Hak (orgs) *Por uma Análise Automática do Discurso. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.
- _____. *Silêncio e Implícito* (Produzindo a Monofonia). In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- *O discurso: Estrutura ou Acontecimento*. 1ª ed. 1983 Trad: Eni P. de Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.
- _____. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.

TFOUNI, Leda V.; TFOUNI, Fábio E. V. Reificação, subjetivação e fetichismo. In.: ROMÃO, Lucília M. S; GASPAR, Nadea R. *Discursos midiáticos: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 83 – 93, 2008.

Referências do corpus

Polícia Federal. Cartaz: Não seja a próxima vítima. Disponível em: www.mj.gov.br/services. Acesso em: set. 2009.

Correio do Povo. Cartaz. Disponível em: www.intermediocom.br. Acesso em: maio de 2009.

http://www.observatoriodainfancia.com.br/article.php3?id_article=792. Acesso em: set. 2009.